O 1º Centenário da Morte de Gomes Freire de Andrade

Professor
António Pires Ventura

A Maçonaria Portuguesa assinalava regularmente o aniversário da morte de Gomes Freire de Andrade, executado em 1817. A responsabilidade desse crime era atribuída aos ingleses e em particular ao marechal Beresford, o que até alimentou um certo sentimento antibritânico potenciado pelo Ultimato de 1890[1]. Mas a evocação do martírio do general e dos seus companheiros de infortúnio não podia deixar de ser influenciada pelo contexto em que decorria. No ano de 1914, devido ao início da guerra e ao apoio manifestado aos Aliados, o Grande Oriente Lusitano Unido «devido às amistosas relações com a Inglaterra e o estado da política actual, resolveu-se suspender a projectada romagem a São Julião da Barra e a colocação da lápide comemorativa do passamento de Gomes Freire», a fim de não dar «lugar a mal entendidos ou a deturpação dos nossos leais e francas intenções»[2]. Era manifesta a intenção de não melindrar a Grã-Bretanha. Por outro lado, o ambiente político e social em Portugal, agravado pela eclosão da Grande Guerra e pela participação no conflito, primeiro nos territórios africanos, e depois, a partir de 1917, no teatro de operações europeu, gerou um clima de instabilidade que afectou toda a vida nacional. No que concerne à Maçonaria, ela fora duramente afectada pela cisão que afectara o Grande Oriente Lusitano Unido, em 1914, com a saída da maior parte das Lojas do Rito Escocês. Em 18 de Outubro de 1916, as Lojas *Simpatia e União* e *Rectidão* organizaram uma sessão branca durante a qual o capitão Salvador José da Costa proferiu uma conferência sobre Gomes Freire, na qual não foi feita qualquer alusão à actualidade, limitando-se à evocação histórica[3].

Apesar de todas essas dificuldades, o Grande Oriente Lusitano Unido preparou-se para assinalar condignamente a passagem do centenário da morte de Gomes Freire de Andrade, em 1917. Novamente por iniciativa das Lojas *Simpatia e União* e *Rectidão* foi constituída uma comissão para organizar um programa evocativo, com uma dupla vertente profana e maçónica. Todas as Oficinas de Lisboa foram instadas a nomear um delegado próprio. Em 16 de Março de 1917, estava formada uma comissão alargada, presidida por José Pinheiro de Melo, prestigiado maçon e dirigente da Associação

Comercial de Lisboa, integrando ainda Artur Coelho Lobo (vice-presidente), Salvador José da Costa e Joaquim Cardoso de Sousa Gonçalves (1º e 2º Secretários), António Augusto Curson (Tesoureiro), António Augusto da Veiga e Sousa e José Alves de Oliveira (Vogais). A Comissão aprovou um ambicioso programa provisório[4]:

– Visita da comissão ao local do suplício do general, a 18 de Outubro, sendo convocadas todas as associações liberais do país para participarem no acto;

– Solicitação ao governo para que declarasse o dia 18 de Outubro como feriado nacional e a concessão de uma verba que auxiliasse as realizações previstas;

– Pedir ao Conselho da Ordem que propusesse à Grande Dieta a atribuição de uma verba para as despesas a efectuar;

– Convidar todas as Lojas do país para que aderissem às celebrações, solicitando-lhe apoio material e moral;

– Dar conhecimento do programa às câmaras municipais de Lisboa e de Oeiras, e à Junta Geral do Distrito;

– Comunicar o programa à Maçonaria Brasileira;

– Procurar que a Câmara Municipal de Lisboa mandasse colocar uma placa no Campo dos Mártires da Pátria, assinalando o suplício que ali sofreram os executados em Outubro de 1817;

– Obter da imprensa o apoio em termos de divulgação das iniciativas.

Para evitar o eventual desconforto das autoridades britânicas, foi encarregado «o nosso Sapientíssimo Grão-mestre Dr. Sebastião de Magalhães Lima de se entender com a Maçonaria Inglesa, fazendo-lhe ver que a intenção desta celebração é de carácter exclusivamente liberal»[5].

A 18 de Junho, surge um comunicado do Grémio Lusitano, com o programa definitivo das comemorações que, no essencial, renovava as iniciativas anteriormente enunciadas.

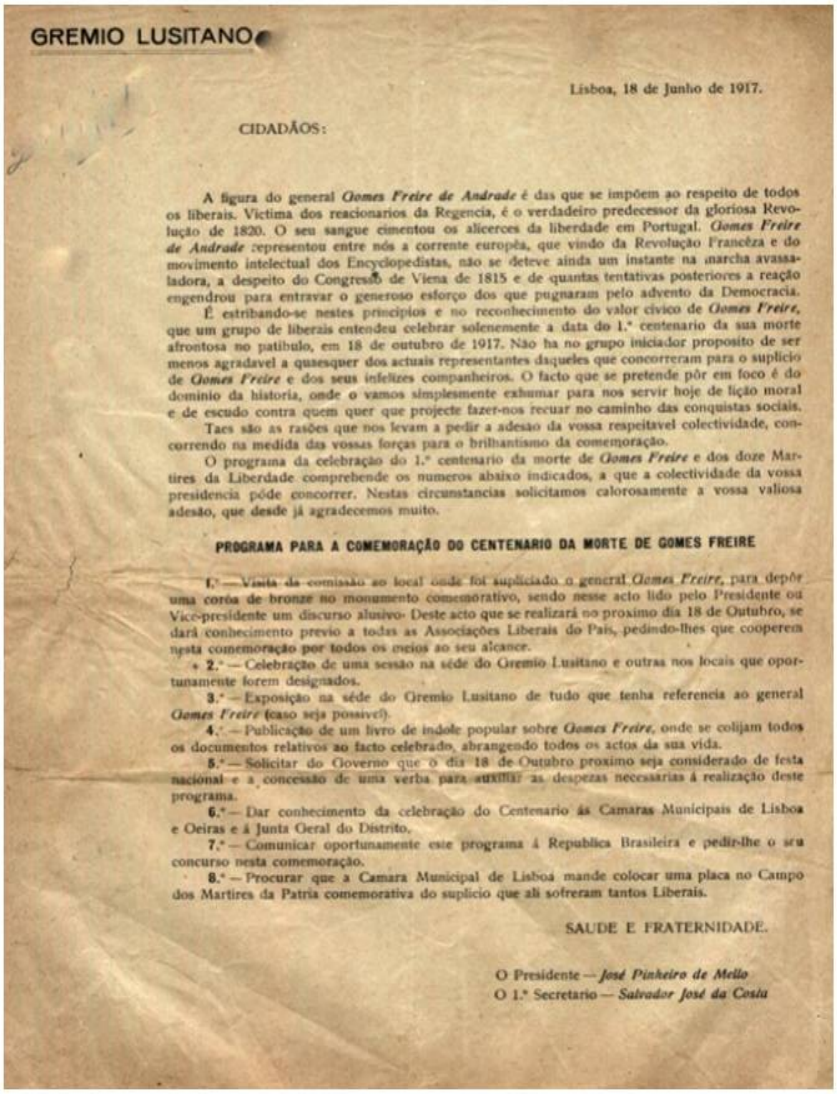
Magalhães Lima não se encontrará em Lisboa em Outubro, quando as comemorações tiveram lugar. Em Setembro de 1917, delegou os poderes no Grão-Mestre Adjunto António Maria da Silva[6] e viajou para França, encontrando-se em Paris quando Sidónio Pais tomou o poder, em Dezembro. Antecipando a sua ausência, dirigiu uma mensagem à Comissão Promotora da Celebração do Centenário, que foi impressa e distribuída[7]. Nela salientava que «se motivos ponderosos me retêm fora do país num momento em que tanto desejaria acompanhar-vos, nem por isso deixo de estar convosco em plena comunhão espiritual». O documento é muito significativo, porque, tendo o homenageado como referência, não esquecia a actualidade. Magalhães Lima destacava as qualidades pessoais de Gomes Freire e a necessidade de as celebrações assumirem uma dimensão nacional de luta contra a reacção e o obscurantismo, unindo todos os liberais, apelo pleno

de significado em vésperas da revolução dezembrista. E não esquecia o momento que Portugal vivia: «Estamos em guerra. E nenhuma outra preocupação nos deve dominar, nesta hora decisiva, para os destinos dos povos. Mas, por isso mesmo, se torna necessário recordar os nomes daqueles que, através dos tempos, se mostraram fiéis intérpretes da nossa personalidade histórica. Gomes Freire não foi apenas o Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, como o foram José Estêvão, Elias Garcia, Mendes Leal, António Augusto de Aguiar, o conde de Paraty, etc. Foi também o símbolo augusto do patriotismo português. Maçonaria e patriotismo confundem-se na mesma aspiração. Onde estiver um maçon está um amigo da pátria, um amigo da humanidade. (…) A hora é decisiva. Não comporta hesitações. Ao esforço heróico dos nossos soldados em África e na frente ocidental, devemos corresponder com uma atitude digna deles e digna de nós (…). No momento em que os gloriosos soldados de Portugal, os bravos marinheiros da República combatem pela Civilização contra a barbárie, pela Liberdade contra o despotismo, nunca uma comemoração foi nem mais necessária nem mais oportuna.

É ainda o valor da nossa raça que se afirmou no passado, como se afirma no presente, com a mesma intrepidez, a mesma fé e a mesma grandeza moral.

Lutemos tenaz, porfiada e incessantemente contra o inimigo externo e contra o inimigo interno. Assim honraremos as nossas tradições e assim procuraremos corresponder à sublime abnegação dos que por nós se batem e se sacrificam (…).

Gomes Freire assinalou-se, nos campos de batalha, com a mesma coragem com que se está assinalando, na hora presente, em terras da França, o nosso valente exército. Vai para ele o preito da nossa maior admiração».



GREMIO LUSITANO

Lisboa, 18 de Junho de 1917.

CIDADÃOS:

A figura do general *Gomes Freire de Andrade* é das que se impõem ao respeito de todos os liberais. Victima dos reacionarios da Regencia, é o verdadeiro predecessor da gloriosa Revolução de 1820. O seu sangue cimentou os alicerces da liberdade em Portugal. *Gomes Freire de Andrade* representou entre nós a corrente europêa, que vindo da Revolução Franceza e do movimento intelectual dos Encyclopedistas, não se deteve ainda um instante na marcha avassaladora, a despeito do Congresso de Viena de 1815 e de quantas tentativas posteriores a reação engendrou para entravar o generoso esforço dos que pugnaram pelo advento da Democracia.

É estribando-se nestes principios e no reconhecimento do valor civico de *Gomes Freire*, que um grupo de liberais entendeu celebrar solenemente a data do 1.º centenario da sua morte afrontosa no patibulo, em 18 de outubro de 1917. Não ha no grupo iniciador proposito de ser menos agradavel a quesquer dos actuais representantes daqueles que concorreram para o suplicio de *Gomes Freire* e dos seus infelizes companheiros. O facto que se pretende pôr em foco é do dominio da historia, onde o vamos simplesmente exhumar para nos servir hoje de lição moral e de escudo contra quem quer que projecte fazer-nos recuar no caminho das conquistas sociais.

Taes são as rasões que nos levam a pedir a adesão da vossa respeitavel colectividade, concorrendo na medida das vossas forças para o brilhantismo da comemoração.

O programa da celebração do 1.º centenario da morte de *Gomes Freire* e dos doze Martires da Liberdade comprehende os numeros abaixo indicados, a que a colectividade da vossa presidencia póde concorrer. Nestas circunstancias solicitamos calorosamente a vossa valiosa adesão, que desde já agradecemos muito.

PROGRAMA PARA A COMEMORAÇÃO DO CENTENARIO DA MORTE DE GOMES FREIRE

1.º — Visita da comissão ao local onde foi supliciado o general *Gomes Freire*, para depôr uma corôa de bronze no monumento comemorativo, sendo nesse acto lido pelo Presidente ou Vice-presidente um discurso alusivo. Deste acto que se realizará no proximo dia 18 de Outubro, se dará conhecimento previo a todas as Associações Liberais do Pais, pedindo-lhes que cooperem nesta comemoração por todos os meios ao seu alcance.

2.º — Celebração de uma sessão na séde do Gremio Lusitano e outras nos locais que oportunamente forem designados.

3.º — Exposição na séde do Gremio Lusitano de tudo que tenha referencia ao general *Gomes Freire* (caso seja possivel).

4.º — Publicação de um livro de indole popular sobre *Gomes Freire*, onde se colijam todos os documentos relativos ao facto celebrado, abrangendo todos os actos da sua vida.

5.º — Solicitar do Governo que o dia 18 de Outubro proximo seja considerado de festa nacional e a concessão de uma verba para auxiliar as despezas necessarias á realização deste programa.

6.º — Dar conhecimento da celebração do Centenario ás Camaras Municipais de Lisboa e Oeiras e á Junta Geral do Distrito.

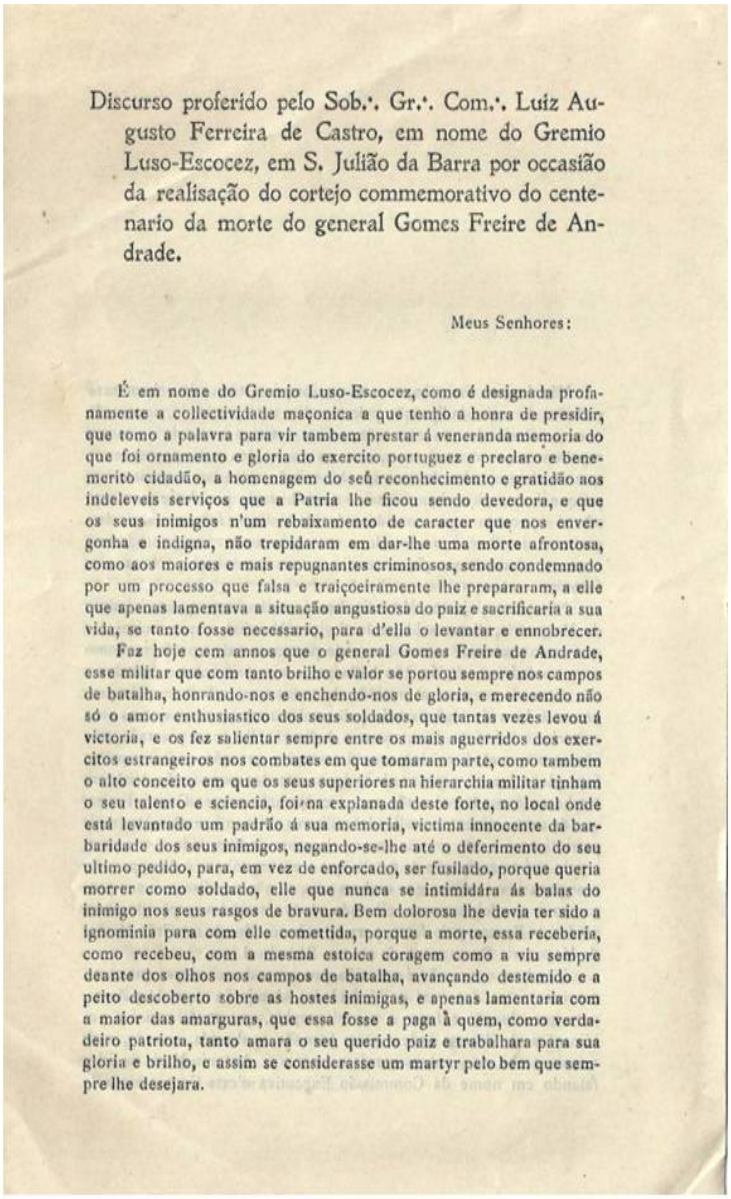
7.º — Comunicar oportunamente este programa á Republica Brasileira e pedir-lhe o seu concurso nesta comemoração.

8.º — Procurar que a Camara Municipal de Lisboa mande colocar uma placa no Campo dos Martires da Patria comemorativa do suplicio que ali sofreram tantos Liberais.

SAUDE E FRATERNIDADE.

O Presidente — *José Pinheiro de Mello*
O 1.º Secretario — *Salvador José da Costa*

Figura 1 – Programa das comemorações do Grémio Lusitano.



Discurso proferido pelo Sob.·. Gr.·. Com.·. Luiz Augusto Ferreira de Castro, em nome do Gremio Luso-Escocez, em S. Julião da Barra por occasião da realisação do cortejo commemorativo do centenario da morte do general Gomes Freire de Andrade.

Meus Senhores:

É em nome do Gremio Luso-Escocez, como é designada profanamente a collectividade maçonica a que tenho a honra de presidir, que tomo a palavra para vir tambem prestar á veneranda memoria do que foi ornamento e gloria do exercito portuguez e preclaro e benemerito cidadão, a homenagem do seu reconhecimento e gratidão aos indeleveis serviços que a Patria lhe ficou sendo devedora, e que os seus inimigos n'um rebaixamento de caracter que nos envergonha e indigna, não trepidaram em dar-lhe uma morte afrontosa, como aos maiores e mais repugnantes criminosos, sendo condemnado por um processo que falsa e traiçoeiramente lhe prepararam, a elle que apenas lamentava a situação angustiosa do paiz e sacrificaria a sua vida, se tanto fosse necessario, para d'ella o levantar e ennobrecer.

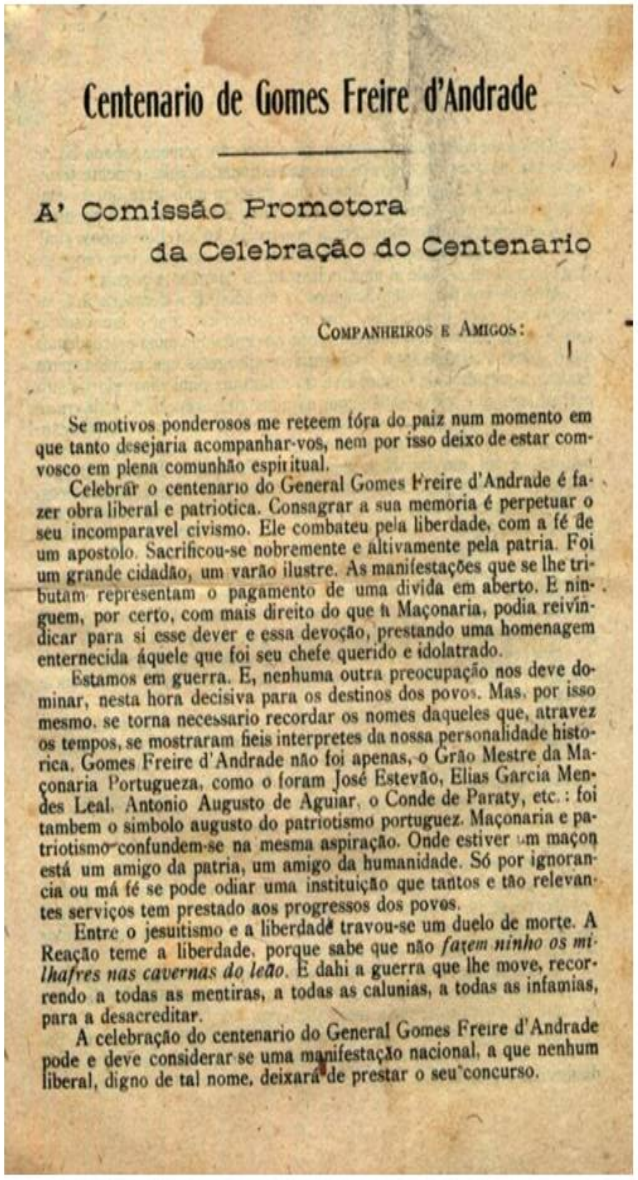
Faz hoje cem annos que o general Gomes Freire de Andrade, esse militar que com tanto brilho e valor se portou sempre nos campos de batalha, honrando-nos e enchendo-nos de gloria, e merecendo não só o amor enthusiastico dos seus soldados, que tantas vezes levou á victoria, e os fez salientar sempre entre os mais aguerridos dos exercitos estrangeiros nos combates em que tomaram parte, como tambem o alto conceito em que os seus superiores na hierarchia militar tinham o seu talento e sciencia, foi na explanada deste forte, no local onde está levantado um padrão á sua memoria, victima innocente da barbaridade dos seus inimigos, negando-se-lhe até o deferimento do seu ultimo pedido, para, em vez de enforcado, ser fusilado, porque queria morrer como soldado, elle que nunca se intimidára ás balas do inimigo nos seus rasgos de bravura. Bem dolorosa lhe devia ter sido a ignominia para com elle commettida, porque a morte, essa receberia, como recebeu, com a mesma estoica coragem como a viu sempre deante dos olhos nos campos de batalha, avançando destemido e a peito descoberto sobre as hostes inimigas, e apenas lamentaria com a maior das amarguras, que essa fosse a paga á quem, como verdadeiro patriota, tanto amara o seu querido paiz e trabalhara para sua gloria e brilho, e assim se considerasse um martyr pelo bem que sempre lhe desejara.

Figura 2 – Intervenção de Luís Augusto Ferreira de Castro, em São Julião da Barra.

O Centenário era assim aproveitado para exaltação do patriotismo em tempos de guerra, e o antigo Grão-Mestre supliciado convertia-se numa referência no combate contra os inimigos internos da República e contra os Impérios Centrais, numa espécie de mártir laico inspirador dos combates que os portugueses estavam a travar.

As iniciativas integradas no programa do centenário de Gomes Freire de Andrade decorreram entre 17 e 28 de Outubro de 1917. O governo, acedendo ao solicitado pela Comissão, publicou o decreto n.º 814, de 6 de Setembro de 1917, considerando feriado nacional o dia 18 de Outubro daquele ano. O ministro da Instrução determinou que, na tarde de dia 17, em todas as escolas do país, de qualquer grau de ensino e especialidade,

a efeméride fosse assinalada com uma conferência dedicada àquela figura histórica. No dia seguinte, 18, realizou-se um cortejo cívico com partida da estação de Oeiras em direcção ao monumento a Gomes Freire, junto ao Forte de São Julião da Barra, onde decorreu uma cerimónia durante a qual foi descerrada uma lápide comemorativa. Organizaram-se dois comboios especiais a partir da estação do Cais do Sodré e os normais ampliaram o horário de regresso a Lisboa. No cortejo participaram o Centro Almirante Cândido dos Reis, de Cascais, a Liga dos Melhoramento de Algés, a Comissão Municipal Republicana de Lisboa, o Grupo Luz e Progresso, Liga e Centro dos Interesses de Barcarena, Centro Miguel Bombarda, Comissão Paroquial do Seixal, Centro Republicano de Oeiras, Comissão Paroquial Socialista, Centro Castelo Branco Saraiva, Junta de Paróquia Marquês de Pombal, Socorros a Náufragos de Paço de Arcos, Núcleo Socialista de Oeiras, Liga dos Operários da Marinha Mercante, Câmara Municipal de Lisboa, Bombeiros da Parede, Paço de Arcos, Oeiras, Algés e Cascais, Grémios – designações profanas das Lojas maçónicas – *Paz*, *Luís de Camões*, *Marquês de Pombal, Madrugada, Fiat Lux, Renascença, Montanha, Simpatia e União* e *Elias Garcia*.



Centenario de Gomes Freire d'Andrade

A' Comissão Promotora da Celebração do Centenario

COMPANHEIROS E AMIGOS:

Se motivos ponderosos me reteem fóra do paiz num momento em que tanto desejaria acompanhar-vos, nem por isso deixo de estar comvosco em plena comunhão espiritual.

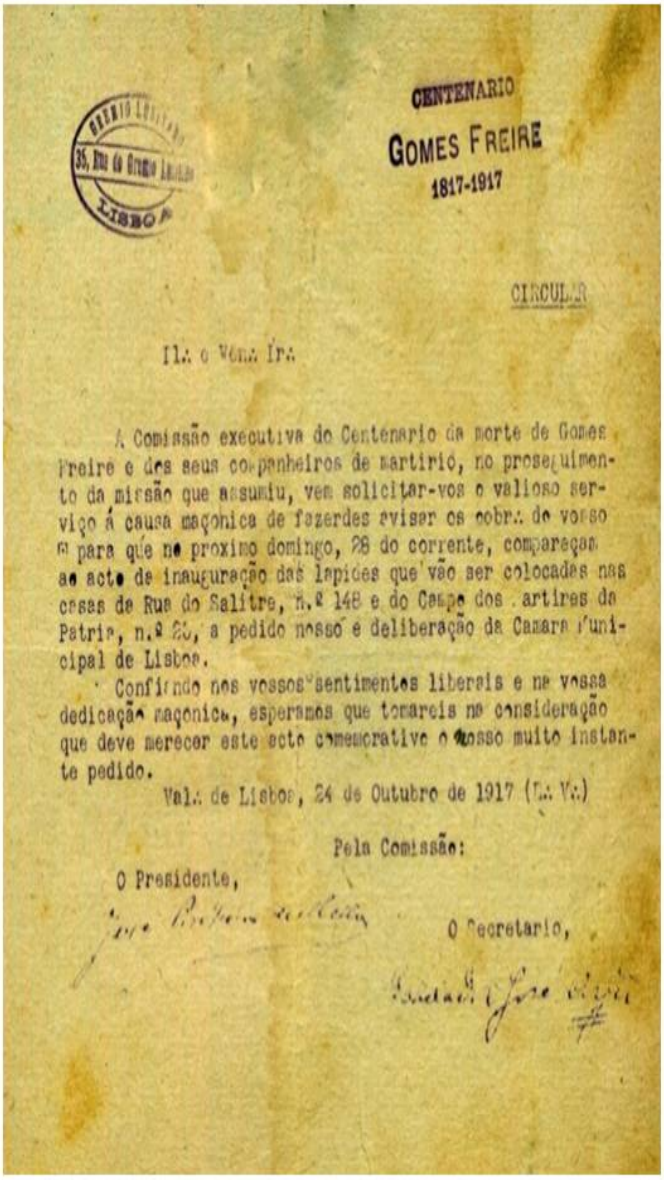
Celebrar o centenario do General Gomes Freire d'Andrade é fazer obra liberal e patriotica. Consagrar a sua memoria é perpetuar o seu incomparavel civismo. Ele combateu pela liberdade, com a fé de um apostolo. Sacrificou-se nobremente e altivamente pela patria. Foi um grande cidadão, um varão ilustre. As manifestações que se lhe tributam representam o pagamento de uma divida em aberto. E ninguem, por certo, com mais direito do que a Maçonaria, podia reivindicar para si esse dever e essa devoção, prestando uma homenagem enternecida áquele que foi seu chefe querido e idolatrado.

Estamos em guerra. E, nenhuma outra preocupação nos deve dominar, nesta hora decisiva para os destinos dos povos. Mas, por isso mesmo, se torna necessario recordar os nomes daqueles que, atravez os tempos, se mostraram fieis interpretes da nossa personalidade historica. Gomes Freire d'Andrade não foi apenas, o Grão Mestre da Maçonaria Portugueza, como o foram José Estevão, Elias Garcia Mendes Leal, Antonio Augusto de Aguiar, o Conde de Paraty, etc.: foi tambem o simbolo augusto do patriotismo portuguez. Maçonaria e patriotismo confundem-se na mesma aspiração. Onde estiver um maçon está um amigo da patria, um amigo da humanidade. Só por ignorancia ou má fé se pode odiar uma instituição que tantos e tão relevantes serviços tem prestado aos progressos dos povos.

Entre o jesuitismo e a liberdade travou-se um duelo de morte. A Reação teme a liberdade, porque sabe que não *fazem ninho os milhafres nas cavernas do leão*. E dahi a guerra que lhe move, recorrendo a todas as mentiras, a todas as calunias, a todas as infamias, para a desacreditar.

A celebração do centenario do General Gomes Freire d'Andrade pode e deve considerar-se uma manifestação nacional, a que nenhum liberal, digno de tal nome, deixará de prestar o seu concurso.

Figura 3 – Centenário de Gomes Freire de Andrade.



CENTENARIO

GOMES FREIRE

1817-1917

CIRCULAR

Ill.º e Ven.º Ir.º

A Comissão executiva do Centenario da morte de Gomes Freire e dos seus companheiros de martirio, no prosequimento da missão que assumiu, vem solicitar-vos o valioso serviço á causa maçonica de fazerdes aviser os obr.º do vosso q para que no proximo domingo, 28 do corrente, compareçam ao acto de inauguração das lapides que vão ser colocadas nas casas de Rua do Salitre, n.º 148 e do Campo dos Martires da Patria, n.º 20, a pedido nosso e deliberação da Camara Municipal de Lisboa.

Confiando nos vossos sentimentos liberais e na vossa dedicação maçonica, esperamos que tomareis na consideração que deve merecer este acto commemorativo o nosso muito instante pedido.

Val.º de Lisboa, 24 de Outubro de 1917 (E.·. V.·.)

Pela Comissão:

O Presidente,

O Secretario,

Figura 4 – Circular da Comissão.

A iniciativa teve a participação conjunta dos dois agrupamentos maçónicos lusos, o Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU) e o Grémio Luso-Escocês.

A Academia das Ciências de Lisboa fez-se representar nas cerimónias por José Sarmento, o administrador do concelho de Oeiras. O governo esteve representado pelos ministros da Guerra, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, da Marinha, José António Arantes Pedroso, da Instrução, Barbosa de Magalhães, do Fomento, Herculano Galhardo, e do Interior, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro. Na cerimónia de 18 de Outubro, usaram da palavra António Maria da Silva, Grão-Mestre Adjunto do GOLU, em representação de Magalhães Lima, o general Ferreira de Castro, Soberano Grande Comendador do

Supremo Conselho dissidente (Grémio Luso-Escocês), Maria Clara Correia Alves, que pertencera à Loja *Humanidade*, Augusto José Vieira e o ministro da Guerra Norton de Matos[8]. Infelizmente, não se conhece o teor da intervenção de António Maria da Silva, mas o texto do discurso de Ferreira de Castro foi publicado[9], e nele está bem presente a actualidade da Guerra. Assumindo que usava da palavra em «nome do Grémio Luso-Escocês a colectividade maçónica a que tenho a honra de presidir», saudou a intervenção de António Maria da Silva, «falando em nome da Comissão Executiva deste Centenário e do Grémio Lusitano» – não esqueçamos que ele era Grão-Mestre Adjunto do GOLU, representando o Grão-Mestre Magalhães Lima por ausência dele. Exaltando as virtudes militares e patrióticas de Gomes Freire, Ferreira de Castro não deixou de aludir ao momento que Portugal vivia: «a sua vida é-nos exemplo a seguir, como o estão mostrando o valor e coragem dos nossos soldados que heroicamente se estão batendo em terras de África e de França pela causa da civilização, do direito e da liberdade, e defendendo a integridade e talvez mesmo a independência a nossa querida Pátria, de tão gloriosas tradições, e merecendo por isso todo o nosso respeito, amor e carinho as nossas saudações mais entusiásticas pelo brilho do seu procedimento, cumprindo o mais sagrado dos deveres, o batalhar pela sua honra».

Figura 5 – Norton de Matos na cerimónia junto ao monumento, em São Julião da Barra.

A posição das duas Obediências maçónicas era, assim, coincidente no apoio ao esforço de guerra, aproveitando o Centenário de Gomes Freire para o afirmarem publicamente.

No dia 21, decorreu na sede do Grémio Lusitano uma sessão solene.

Figura 6 – Lápide colocada na casa onde Gomes Freire viveu, na Rua do Salitre.

Já no dia 28, as cerimónias concentravam-se em Lisboa. Por iniciativa da Câmara Municipal da capital foi descerrada uma lápide evocativa na casa onde Gomes Freire residia e fora preso, na rua do Salitre, n.º 148. Participaram no acto o ministro do Interior, o governador civil de Lisboa, Costa Gonçalves, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Carlos Alberto da Costa Gomes, Nobre de Carvalho, em representação do ministro do Fomento, Artur Costa – irmão de Afonso Costa e seu próximo colaborador –, em representação do presidente do ministério, Godinho Amaral,

em representação do ministro da Instrução; António Maria da Silva, Ramos da Costa, Domingos Cruz, António Cabreira, Simões Baptista, José Pinheiro de Melo, capitão Salvador José da Costa, Cardoso Gonçalves, Bernardino Cardoso, representantes do Grémio Lusitano. Coube a Borges Grainha proferir discurso alusivo à figura de Gomes Freire e à sua projecção nos ideais maçónicos.

(Ilustração Portuguesa nº 611, 5-11-1918, p. 368)

Figura 7 – O cortejo a caminho do Campo dos Mártires da Pátria.

(Ilustração Portuguesa nº 611, 5-11-1918, p. 368)

Figura 8 – João Carlos Alberto da Costa Gomes, Presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa, no uso da palavra. Junto a ele estão António Maria da Silva (de barba e óculos) e o capitão-de-fragata Leote do Rego (será promovido a capitão-de-mar-e-guerra, em 29-10-1917), comandante da Divisão Naval de Defesa e destacado membro do Grande Oriente Lusitano.

Concluída esta primeira fase das comemorações, formou-se um cortejo cívico que rumou

ao Campo Mártires da Pátria com o seguinte itinerário: Rua Alexandre Herculano, Av. da Liberdade, Duque de Loulé, Bairro Camões e Rua Gomes Freire. No Campo Mártires da Pátria usaram da palavra Costa Gomes, António Maria da Silva, Machado Toledo, da Federação Portuguesa do Livre Pensamento, Conceição Vasques, em nome da Associação do Registo Civil, encerrando a cerimónia José Carlos Alberto da Costa Gomes, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que também era o Soberano Grande Lugar Tenente do Supremo Conselho do general Ferreira de Castro[10].

Outras iniciativas

Para além deste programa oficial, ocorreram ainda mais algumas iniciativas no âmbito da Maçonaria e não só. No juramento de bandeira da Escola de Guerra, o major Mário de Campos proferiu uma alocução alusiva a Gomes Freire[11]. No Porto, Jaime Cirne proferiu uma conferência no Centro Republicano Democrático[12]. Na imprensa foram publicados inúmeros artigos sobre o Centenário, com perspectivas distintas consoante a orientação política dos periódicos, merecendo destaque a campanha negra desencadeada pelos sectores integralistas, visando contrariar a imagem de Gomes Freire construída pela historiografia e a tradição liberais. Desses textos salientamos o artigo de Eduardo de Noronha, «Centenário Trágico. Gomes Freire de Andrade», publicado na prestigiada *Revista Militar*[13]. No Porto, foi colocada uma lápide na Praça da Liberdade, no local onde seria erigido um monumento a Gomes Freire, o que nunca sucedeu. Essa lápide foi roubada poucos dias depois.

Figura 9 – Selo comemorativo. Figura 10 – Pagela comemorativa.

O Grémio Lusitano editou um selo para ser aposto na correspondência, acompanhando os

selos de correio, e a Loja *Montanha* – na sua vertente profana de grémio – imprimiu uma pagela comemorativa.

A Universidade Livre, instituição fundada em 1911, por iniciativa da Maçonaria, dirigida durante muitos anos pelo destacado maçon Alexandre Ferreira, organizou um curso em cinco lições intitulado «Gomes Freire de Andrade e a sua Época», ministrado por António Ferrão numa missão da Academia das Ciências na sua obra de extensão académica. O curso, acompanhado de «projeções luminosas», iniciou-se a 30 de Setembro de 1917. António Ferrão tinha sido iniciado em 1907 na Loja *Solidariedade,* mas não se encontrava activo desde 1914, só vindo a ser regularizado em 1924 na Loja *Madrugada*. Publicou, em 1918, o livro *Gomes Freire na Rússia*[14] e, dois anos depois, publicava o texto de um discurso que proferira em 18 de Novembro de 1917, intitulado *Gomes Freire e as Virtudes da Raça Portuguesa*[15].

UNIVERSIDADE LIVRE

Para educação popular

INAUGURADA EM 28 DE JANEIRO DE 1912

46, 2.º, Praça Luiz de Camões, 46, 2.º

Instruir é construir. — VICTOR HUGO.

A vida deve ser uma educação incessante, sem tregoas; é necessario aprender desde o nascimento até á morte. — G. HAUBERT.

DOMINGO, 30 DE SETEMBRO DE 1917

AS 21 HORAS

NO SALÃO DA SÉDE SOCIAL

INAUGURAÇÃO

DO

CURSO PUBLICO

EM CINCO LIÇÕES, ÁCERCA DE

"Gomes Freire de Andrade e a sua época"

PELO PROFESSOR

Dr. Antonio Ferrão

DA ACADEMIA DE SCIENCIAS DE PORTUGAL

Este curso, que constitue uma missão da Academia de Sciencias de Portugal, na sua obra de extensão academica, será feito, tanto quanto possivel, sobre documentos originaes — uns autógrafos, outros apógrafos da maior autenticidade — fazendo-se, durante as lições, a leitura e comentario das peças impressas e manuscritas mais caracteristicas e importantes que forem citadas.

As lições serão acompanhadas de projecções electro-luminosas para a melhor comprehensão dos factos relativos a **Gomes Freire e á sua epoca.**

Figura 11 – Divulgação do Curso da Universidade Livre.

De natureza diferente foi o livro de Henrique de Campos Ferreira Lima, *Gomes Freire de Andrade. Notas Bibliográficas e Iconográficas Publicadas em comemoração do 1º Centenário da Morte deste Ilustre General*, publicado em 1919[16], trabalho de pesquisa, muito criterioso e exaustivo, que reúne largas dezenas de referências, ainda hoje de grande utilidade, incluindo mesmo alguns textos produzidos em 1917.

Finalmente, o Grémio Luso-Escocês fundou, em 31 de Agosto de 1918, em Moçambique, a Loja *Gomes Freire*, que ingressará no GOLU, em 1926.

O centenário da morte de Gomes Freire, tendo como pano de fundo a crise social e política e a entrada de Portugal na guerra no teatro europeu, foi assinalado por um conjunto de iniciativas oficiais e particulares nas quais a Maçonaria teve um papel muito activo, através das duas Obediências então existentes. Para ambas, a evocação do martírio do antigo Grão-Mestre foi pretexto para afirmarem o apoio aos Aliados e à participação de Portugal no conflito. Se é verdade que estavam divididas por divergências e rivalidades, este foi um raro momento de convergência que merece ser sublinhado.

Epílogo: Gomes Freire no ano de Sidónio

Ao tomar conhecimento da tomada do poder por Sidónio Pais, Magalhães Lima regressou de imediato a Lisboa: «Quando em Paris tive conhecimento da vitória de Sidónio Pais, logo fiz tenção de me precaver contra futuros ataques. E assim, ao chegar a Lisboa, resolvi não ir para minha casa, mas sim para o Hotel Frankfurt, onde permaneci durante quase um ano. Não me arrependi desta decisão por me convencer de que a dar-se um atentado, mais facilmente me assassinariam em casa do que no hotel»[17].

Em Março de 1918, na tradicional mensagem à Grande Dieta, Magalhães Lima evocava Gomes Freire, ainda a propósito do centenário, com evidentes referências à conjuntura da época: «Ninguém, por mais poderoso, poderá contrariar o Espírito da democracia, que segue a sua evolução lenta, natural e lógica. E eis o motivo por que me não assustam os períodos efémeros, que, por vezes, interrompem a sua marcha ascensional. São as sombras que tornam a luz mais viva e intensa. (…) Atentem todos no que se passou com a nobre a altiva figura do General Gomes Freire de Andrade, o Venerando Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, cujo centenário foi celebrado tão luzidamente por este Grande Oriente, no mês de Outubro do ano pretérito.

No jornal que então dirigíamos [*A Vanguarda*], perguntávamos em 26 de Maio de 1903 – data bem memorável para a história da liberdade em Portugal – o octogésimo aniversário do encerramento do famoso liberal e patriota, na torre do São Julião da Barra.

Para que serviu afogar em sangue as revoluções que em 1817 se deram em Portugal, em Pernambuco, e nas quais se via um prenúncio de futuros acontecimentos? Para que serviu a instauração do odioso processo contra Gomes Freire, a sua execução infame e a sua sacrílega redução a cinzas? Extinguiram estas o fogo ardente que devorava todos os peitos? Conseguiram, talvez emudecer as vozes que clamavam energicamente em prol de um regime onde houvesse direitos e deveres? Não. A onda cresceu. As vozes tornaram-se mais possantes, a energia reanimou os irresolutos e as algemas da escravidão foram despedaçadas aos clarões rútilos de um sol da liberdade.

Tornava-se necessário calar a sua voz e para isso lá estava a masmorra escura. Julgavam os tiranos que um frémito de liberdade quando sai espontâneo de peitos que sofrem resignados, se extingue, pela anulação daqueles que mais se distinguem na direcção do

movimento. Desaparecem os que militavam nas fileiras. Outros chefes da mesma fé e animados do mesmo patriotismo vêm substituir os que faltam e um dia de mais ampla liberdade raia enfim!

Gomes Freire de Andrade desapareceu. As suas cinzas, tragou-as o mar. Mas a sua obra não ficou incompleta. E o que 1817 não conseguiu ver, viu 1820. Havia uma necessidade imperiosa de respirar a plenos pulmões um ar de franca liberdade. Gomes Freire foi ignominiosa e infamemente riscado da lista dos paladinos da liberdade. Mas Fernandes Tomás, Borges Carneiro, Silva Carvalho prosseguiram com mais êxito a obra que aquele brioso militar encetara.

A Liberdade vela. Não morre. Não pode morrer, porque é superior a todas as perseguições e a todas as arremetidas»[18].

Estas palavras revelaram-se proféticas. Durante o sidonismo, muitos maçons foram perseguidos ou obrigados ao exílio, como Bernardino Machado, Afonso Costa, Norton de Matos e Leote do Rego. Passaram pelas prisões António Maria da Silva, José de Castro, os coronéis Correia Barreto, João Pereira Bastos, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, o major Joaquim Marreiros, José Barbosa. Depois do primeiro atentado contra Sidónio, registado a 6 de Dezembro de 1918, grupos de militares e civis assaltaram a sede do Grémio Lusitano, na noite de 8 para 9, provocando grandes destruições. O mesmo sucedeu na sede da Associação *Pró Pátria*, na Calçada do Sacramento. Outros assaltos foram perpetrados contra os templos das Lojas *Montanha*, em Lisboa, *Luz e Vida,* no Porto, *União*, na mesma cidade. Também foram assaltadas instalações de Lojas vinculadas ao Grémio Luso-escocês no Porto – Lojas *Luz e Vida, Luz do Norte* e *União* – e em Guimarães, a Loja *Lusíadas*[19]. A 14 de Dezembro, Sidónio Pais caía sob as balas de José Júlio da Costa, em cujo bolso era encontrada uma carta de Magalhães Lima. Foi o suficiente para este ser detido no Hotel Frankfurt e levado para o Governo Civil, vindo a ser libertado a 24 de Janeiro de 1919.

---

[1] Veja-se, como exemplo, o livro *A Dominação inglesa em Portugal: o que é de que nos tem servido a aliança da Inglaterra*, por um compatriota de Gomes Freire de Andrade, Lisboa, Edição de João António Rodrigues Fernandes, 1883.

[2] *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nºs 10 a 12, Outubro-Dezembro de 1914, p. 266.

[3] Idem, nº 10, de Outubro de 1916, pp. 277-293.

[4] Programa, copiografado em papel timbrado do Grande Oriente Lusitano Unido, com carimbo a vermelho «Centenário Gomes Freire 1817 – 1917)», com duas páginas. Arquivo do Grémio Lusitano.

[5] Idem, página 1. Também publicado no *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 5, de Maio de 1917, pp. 62 a 67.

[6] Decreto nº 10, de 14 de Setembro de 1917, *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 9, Setembro de 1917, pp. 89 e 90.

[7] «Centenário de Gomes Freire de Andrade. À Comissão Promotora da Celebração do Centenário», folheto com 4 páginas, impresso, sem data. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

[8] «Gomes Freire de Andrade. A romagem ao monumento em Oeiras e o descerramento da lápide comemorativa do primeiro centenário da sua morte», *Diário de Notícias,* ano 53º, n.º 18654, 19 de Outubro de 1917, p. 1.

[9] *Discurso proferido pelo Soberano Grande Comendador Luís Augusto Ferreira de Castro, em nome do Grémio Luso-Escocês, em S. Julião a Barra por ocasião da realização do cortejo comemorativo do centenário da morte do general Gomes Freire de Andrade*, folheto impresso, com 4 páginas, sem data nem indicação de autor ou tipografia. Arquivo do Grémio Lusitano. Também publicado em *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr. 33º para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1916-1917*, Lisboa, Rua de S. Pedro de Alcântara 55, páginas 65 a 68.

[10] «Centenário de Gomes Freire. Cortejo Cívico» *O Mundo*, ano XVIII, nº 6205, 28 de Outubro de 1917, p. 1; «Gomes Freire. Inauguração das lápides. Uma grandiosa manifestação à memória dos Mártires da Pátria e da Liberdade» *O Mundo*, Ano XVIII, n.º 6206, 29 de Outubro de 1917, p. 1.

[11] *Escola de Guerra. Ratificação do Juramento de Bandeiras e comemoração centenária da Morte de Gomes Freire. Alocução proferida pelo Sr. Major Mário de Campos,* Lisboa, Tipografia da Escola de Guerra, 4 páginas.

[12] Jaime Cirne, *Gomes Freire e a liberdade. Conferência realizada no Centro Republicano Democrático*, Porto, Tipografia Sousa, 1918.

[13] Eduardo de Noronha, «Centenário Trágico. Gomes Freire de Andrade», *Revista Militar*, n.º 10, Ano LXIX, Outubro de 1917, páginas 651 a 669.

[14] António Ferrão, *Portugueses Ilustres. Gomes Freire na Rússia,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, 382 páginas.

[15] António Ferrão, *Portugueses Ilustres. Gomes Freire e as Virtudes da Raça Portuguesa,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 83 páginas. Esta obra, «subvencionada pelo ministério da Instrução Pública», foi publicada como separata dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal,* Primeira Série, Tomo VIII.

[16] Henrique de Campos Ferreira Lima, *Gomes Freire de Andrade. Notas Bibliográficas e Iconográficas Publicadas em comemoração do 1º Centenário da Morte deste Ilustre General*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, 63 páginas, separata de 102 exemplares do *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, fascículo 1, do Volume II, da 1ª Série.

[17] *Episódios a minha Vida,* I, p. 316.

[18] «Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta», *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, n.º 3, Março de 1918, pp. 13 a 16.

[19] *Supremo Conselho do 33º Grau do Rito escocês Antigo e Aceito para Portugal e seus Domínios e Jurisdição. Comissão Central*, Lisboa, Tip. Comércio e Indústria, 1919, p 3.